



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

A Política Externa de Fernando Henrique Cardoso no período de 1994 a 2002: A diplomacia presidencial e o multilateralismo.

SALVADOR, BA
2022



UNIFACS
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

A Política Externa de Fernando Henrique Cardoso no período de 1994 a 2002: A diplomacia presidencial e o multilateralismo.

Discente: Bárbara Cristina Carmelo Libório Teixeira

Orientador: Mateus Santos da Silva

SALVADOR, BA

2022

Resumo: O início da década de 90 foi marcada por muitas polêmicas políticas e econômicas; através do governo de Itamar Franco, começa uma melhoria no cenário, mas é apenas com FHC que se concretiza. A partir da diplomacia presidencial e o multilateralismo de Fernando Henrique Cardoso é possível ver uma mudança no horizonte. Este estudo propõe analisar a política externa brasileira desenvolvida, sobretudo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Para isso o artigo será dividido em três momentos: contexto político e histórico, características gerais da política de FHC e a diplomacia presidencial e o multilateralismo.

Palavras-Chave: Política Externa, Diplomacia Presidencial, Governo Fernando Henrique Cardoso, Multilateralismo, FHC.

Abstract: The beginning of the 90's was marked by many political and economic controversies, through the government of Itamar Franco, an improvement in the scenario began, but it was only with FHC that it materialized. From the presidential diplomacy and the multilateralism of Fernando Henrique Cardoso it is possible to see a change on the horizon. This study proposes to analyze the Brazilian foreign policy developed, above all, during the government of Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). For this, the article will be divided into three moments: political and historical context, general characteristics of FHC's policy and presidential diplomacy and multilateralism.

Word-Key: External Politics, Presidential Diplomacy, Fernando Henrique Cardoso Government, Multilateralism ,FHC.

Resumen: El inicio de la década de los 90 estuvo marcado por muchas controversias políticas y económicas, a través del gobierno de Itamar Franco se inició una mejora en el escenario, pero solo con la FHC se materializó. Desde la diplomacia presidencial y el multilateralismo de Fernando Henrique Cardoso es posible vislumbrar un cambio en el horizonte. Este estudio se propone analizar la política exterior brasileña desarrollada, sobre todo, durante el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Para ello, el artículo se dividirá en tres momentos: contexto político e histórico, características generales de la política de FHC y diplomacia presidencial y multilateralismo.

Palabra-Clave: Política Externa, Diplomacia Presidencial, Gobierno de Fernando Henrique Cardoso, Multilateralismo, FHC.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Contexto Político e Histórico:	6
3. Características Gerais da Política de FHC	8
4. Diplomacia Presidencial e Multilateralismo	13
5. Considerações Finais	17
6. Referências:	19

1. Introdução

O início da década de 90, no Brasil, foi marcado por fortes crises políticas e econômicas. O Brasil tinha acabado de passar por uma redemocratização com o fim da ditadura na década de 80, onde ficou por muito tempo estagnado e distante do sistema internacional. Em 1990 Collor é eleito presidente e com apenas dois anos de governo sofre *impeachment* e renúncia.

O Brasil estava tentando se afirmar como democracia no cenário internacional, principalmente, porque um regime democrático é mais permeável ao sistema, mas em meio a escândalos políticos e atrelado a uma economia em crise, era mais difícil a sua credibilidade. Itamar Franco assume e implementa o Plano Real, conseguindo estabilizar a economia do país e deixando um horizonte mais esperançoso para Fernando Henrique Cardoso.

FHC foi eleito em 1994, e apesar de ter uma economia relativamente estável, enfrentou desafios no cenário internacional. Possuía uma visão diferente dos seus antecessores, acreditava que a política interna e externa conversava entre si, que uma dependia da outra; foi o primeiro presidente do Brasil a pensar dessa forma, e passou a exercer uma política externa de autonomia pela integração.

A política externa de Cardoso foi responsável por usar a diplomacia presidencial como instrumento. Realizou diversas viagens diplomáticas a fim de angariar investimentos, acordos e tratados favoráveis para o Brasil. Com essa estratégia conseguiu mudar a imagem do Brasil no cenário internacional.

Fernando Henrique foi ainda, responsável pela abordagem mais multilateralista na realização de acordos benéficos para o país, acreditava que talvez não se ganhasse tanto quanto devia, mas o resultado positivo era garantido. E não ficou apenas no multilateralismo, participando também em acordos bilaterais com países como EUA e China.

O objetivo deste artigo é analisar a política externa brasileira durante o período de FHC (1995 a 2002). Tendo como ponto de partida os acontecimentos na década de 90 que influenciaram a história do Brasil.

2. Contexto Político e Histórico:

Fernando Henrique Cardoso iniciou seu mandato de presidente da república em 1 de janeiro de 1995 até 1998, sendo depois reeleito de 1999 até 2002. O mandato começou sobre um cenário interno de estabilidade econômica, devido ao impacto alcançado pelo Plano Real no governo de Itamar Franco. FHC é um político, intelectual, professor, sociólogo e poliglota que através da Diplomacia Presidencial e com a mudança de Integração pelo distanciamento para a Integração pela Autonomia foi capaz de abrir o país para novas ações.

O Brasil havia passado recentemente por uma redemocratização. Com o fim da ditadura militar em 1985, é eleito Tancredo Neves por meio do voto indireto, mas ele não consegue assumir como presidente, mas faleceu antes de assumir. Com a morte de Tancredo Neves, assume José Sarney, seu Vice. Ele é responsável por assumir novos temas na agenda internacional, como Direitos Humanos. Existe uma aproximação do país com outras nações no campo regional e mundial, importantes medidas para os seguintes anos das relações do Brasil com as demais nações.

Em 1990 é eleito por voto direto o presidente Fernando Collor de Mello; foi um governo responsável por gerar grandes expectativas, principalmente, no que tange a economia do país. Era pautado por 3 objetivos básicos: atualizar a agenda internacional do país; busca por parceria com EUA, e, mudar a imagem do Brasil no cenário Internacional.

Nesse governo foi iniciado o processo de abertura econômica (neoliberalismo). Algo que para muitos foi considerado de maneira abrupta, pulando etapas, o que gerou fortes impactos para economia brasileira. É sabido que o modelo econômico do Brasil, de substituição de importação, estava esgotado. Contudo, as indústrias brasileiras não estavam preparadas para uma concorrência internacional. Está se falando de indústrias paradas no tempo, sem melhorias ou inovações, devido ao período ditatorial.

Para Carlos Ribeiro Santana (2006, p. 9): “[...] A tentativa do governo de abandonar o modelo estatista por meio de rápida implementação de políticas liberalizantes viu-se constrangida pela

crise política deflagrada no segundo ano do mandato presidencial.” Dessa forma, o setor sofreu fortes impactos, ao passo que a indústria sofreu uma intensa pressão competitiva, levando a um processo de modernização e busca por melhores preços. A indústria sofreu um grande choque no mercado, perdeu espaço, causando diversos impactos nos setores da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira, então, passava por um desequilíbrio, empresas quebrando a todo momento, demissões em massa e uma população vulnerável a intervenções do governo nos recursos das pessoas, depositados em bancos, através do Plano Collor. Conforme relata Kupfer, a indústria, se comportou após a abertura, através de uma trajetória de racionalização de custos, apoiada em estratégias empresariais onde buscava a reorganização da produção, principalmente com objetivos de *downsizing*, com a terceirização de atividades e aumento de produtos importados para produção local.

Indústria Brasileira: Evolução da Produção Física

Ano	Média de 1985 = 100	Taxa Anual de Variação (%)
1985	100	-
1986	110,9	10,9
1987	111,9	0,9
1988	108,3	-3,2
1989	111,4	2,9
1990	101,5	-8,9
1991	98,9	-2,6
1992	95,2	-3,7
1993	102,3	7,5
1994	110,1	7,6
1995	112,1	1,8
1996	114,0	1,7
1997	119,2	4,6

Fonte: KUPFER (1998)

Acima, é possível observar na tabela, a forte queda no setor da indústria; Nos anos 90 a 92 apresentaram uma queda drástica.

Tais medidas adotadas no governo Collor associado com os escândalos de corrupção levaram à renúncia do então presidente, após a abertura do processo de *impeachment*. Com a saída de Collor, assumiu a presidência da república Itamar Franco, seu vice, em outubro de 1992 até 1994. Itamar, assumiu em um contexto não tão interessante, havia uma grande instabilidade do país/crise institucional, não existia um consenso dentro do governo, além dos problemas econômicos, principalmente de hiperinflação e desemprego.

No primeiro momento a política externa não era o foco, seguiu uma atitude de não fazer promessas, para evitar expectativas que poderiam levar a críticas. Ele foi responsável por manter políticas iniciadas anteriormente por Collor e paralelamente adotou algumas atualizações. Itamar implementou ações como: Multilateralismo; Segurança Internacional; Integração Regional; Estados Unidos; Pares Continentais; e Retomada de uma política africana. Internamente foi o responsável por estabilizar o país economicamente através do Plano Real. Foi mais um processo de ajuste do que de ruptura do modelo de política externa do país.

No início da década de 90, vê-se um período marcado por fortes instabilidades econômicas e políticas no cenário interno, mas como o cenário externo é reflexo do interno, é possível afirmar que FHC assumiu o governo com grandes desafios a serem enfrentados.

Cardoso no Governo de Itamar Franco foi responsável pelo Ministério da Fazenda, ou seja, um dos responsáveis pelo Plano Real. A alta aprovação de Itamar Franco no final de seu governo, juntamente com o Plano Real, foi favorável para gerar seu sucessor, FHC. Apesar de assumir o governo com uma certa estabilidade econômica, tinha a missão de resolver questões internas e externas ainda existentes, herança do governo anterior.

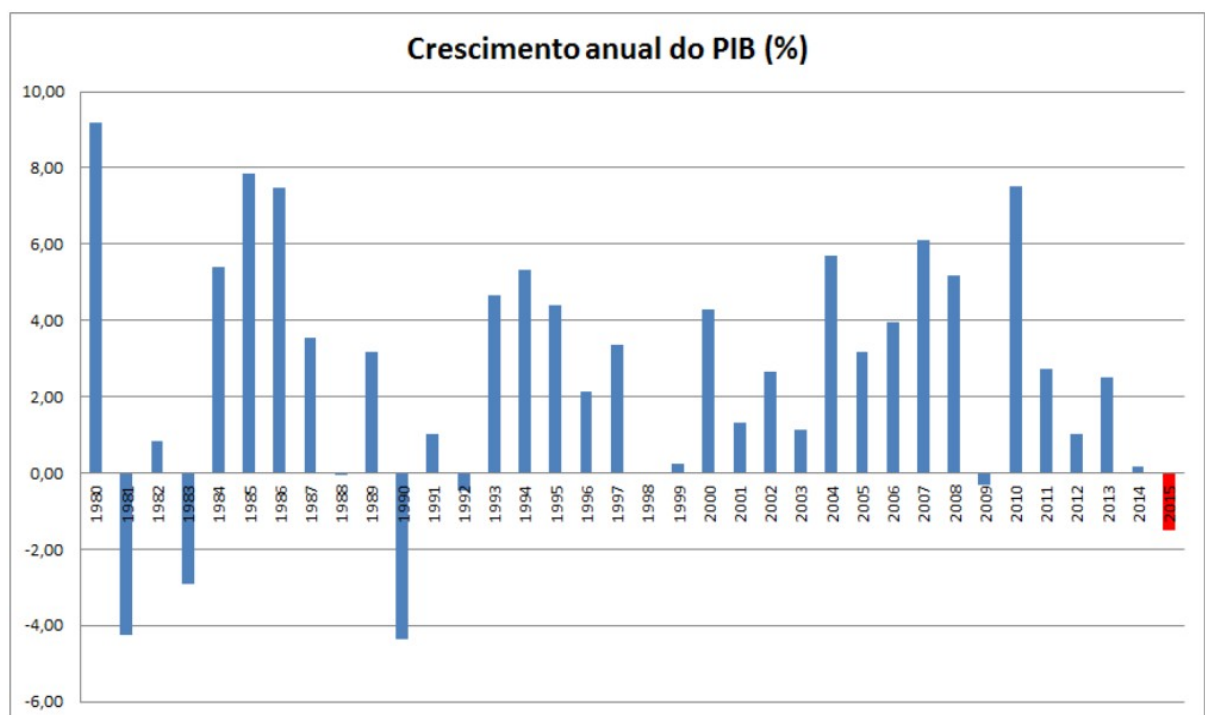
3. Características Gerais da Política de FHC

Fernando Henrique assumiu o governo com estabilidade econômica e passou a buscar investimentos estrangeiros, reforçando a atual situação e posição do país, conseguindo atingir grandes acordos favoráveis para o cenário interno brasileiro, através de uma política neutra e usando a figura da diplomacia, e no seu primeiro mandato conseguiu atingir grandes frutos.

Ao longo do seu governo, atingiu um marco brasileiro, quando ocorreu a equiparação da moeda brasileira com a norte americana, o que para um país com poucas indústrias e baseando a maior parte da sua economia em exportações, não favoreceu tanto o certo, o que levou a um período de estagnação, conforme é possível observar no gráfico abaixo:

A história de 100 anos de PIB no Brasil

30/01/2019 Paulo Gala



Fonte: Paulo Gala, Economia e Finanças

Fernando Henrique Cardoso, no que tange às políticas externas, passa a seguir uma nova perspectiva, em comparação com governos anteriores: A diplomacia presidencial e Integração pela autonomia, sendo determinante para conquistar um maior controle sobre o futuro da nação e lidar melhor com seus problemas internos. Sempre na busca por novos parceiros, guiou o país sob o regimento do multilateralismo, onde garantia que mesmo que não houvesse o maior ganho possível, evitaria perdas de maior importância.

Para falar sobre a Política Externa de FHC é necessário frisar que o então presidente seguia a ideia de um debate não excludente, onde era marcado por uma flexibilidade discursiva e

conceitual. A PEB foi direcionada por três elementos: 1. A defesa da democracia; 2. A abertura ao exterior; 3. A estabilidade econômica.

De acordo com Tullo Vigevani em parceria com Marcelo F. Oliveira e Rodrigo Cintra é possível definir as diretrizes de Fernando Henrique:

“As diretrizes da política externa brasileira nos dois mandatos de FHC seguiram parâmetros tradicionais: o pacifismo, o respeito ao direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, e o pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país”.

No governo de Cardoso, foi assinada a ratificação do Tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP), como estratégia de reafirmar a postura do Brasil quanto ao tema e angariar novas parcerias. Como aponta a teoria da interdependência, os temas soft ganharam mais peso na arena internacional (cf. Keohane e Nye, 1989).

Por conta dos acontecimentos anteriores na história do Brasil, existia uma necessidade de afirmar a democracia; ela foi a responsável por abrir e manter as portas do Brasil abertas no campo internacional. Através da democracia investimentos do exterior chegaram ao Brasil, contudo a abertura ao exterior foi considerada por muitos, adiantada. Sem uma indústria fortalecida, pelo contrário, uma indústria muito fraca, gerou o enfraquecimento da indústria nacional, levando a dependência do mercado externo no campo da industrialização.

A política externa do governo FHC seguiu

[...] uma linha que eu chamaria de "convergência crítica" em relação ao conjunto dos valores, compromissos e práticas que hoje orientam a vida internacional [...]. "Convergência", porque as transformações ocorridas no Brasil nos aproximaram, por decisão própria, desse curso central da história mundial, em uma era na qual a democracia política e a liberdade econômica são as referências fundamentais (Lampreia, 2001, p. 2).

Existe uma busca pelo presidente em consolidar a estabilidade econômica, para assim poder retomar o desenvolvimento através do investimento estrangeiro e tecnologia na abertura

comercial. FHC propõe novos temas na agenda internacional de forma diversificada, ele busca a inserção da posição do Brasil como Global Player e Global Trader.

A política do Universalismo, adotado pelo governo brasileiro, onde buscava maximizar as vantagens do país através de uma interlocução global, ou seja, angariando acordos favoráveis para a nação com diferentes parceiros que favoreciam inúmeros setores, não apenas econômico. Conforme destacam os autores Tullo Vigevani, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra em passagem a seguir, (2003, p. 23) "O Brasil apresenta-se como interlocutor global, buscando maximizar vantagens em diferentes áreas, não apenas no comércio, mas também na área de ciência e tecnologia".

É evidente o legado intelectual da gestão de Fernando Henrique Cardoso, a PEB brasileira passou por uma renovação de seu paradigma, foi responsável por abordá-la de modo sistemático e passou a se incorporar à política de Estado. O governo passa a assumir a posição relativa no sistema internacional pela busca na convergência, fugindo de uma posição de isolamento. Existe então o entendimento que a política externa está ligada a política interna de maneira direta, uma afeta a outra, e seguem os mesmos valores. A agenda externa passa a contribuir para o comprimento da agenda interna de desenvolvimento e crescimento, o que seria responsável para ajudar na resolução dos problemas sociais.

O legado concreto alcançado por FHC, foram as relações com a América do Sul, o foco central dos oito anos de mandato, a busca em fortalecer o Mercosul. Conseguiu conquistar principalmente o acordo que trazia o livre comércio com a União Europeia, trouxe as negociações com a Alca, participação ativa e alianças na OMC, o estreitamento das relações bilaterais com a China, Japão, Índia, Rússia e África do Sul.

O Brasil, passou a buscar a convergência e evitar o isolamento, o que não significava que se colocava em posição subordinada, afinal esse caminho precisava ser seguido para o fortalecimento da própria posição relativa no cenário internacional. Para Cardoso, o desenvolvimento e o plano internacional se misturavam. "O Brasil que entra no século XXI é um país cujos objetivos prioritários de transformação interna, de desenvolvimento, estão em consonância com os valores que se difundem e se universalizam no plano internacional" (Cardoso, 2000b, p. 6).

Fernando Henrique buscava reafirmar um ambiente institucionalizado, sendo uma constante em seu governo. Essa postura passou a ser interessante para o Brasil, pois se tornava benéfica, à medida que se promovia o respeito às regras do jogo internacional. Ou seja, todos deveriam obedecer e seguir as regras, uma vez estabelecidas, inclusive as grandes e poderosas potências mundiais.

Fernando Henrique assumiu a perspectiva cooperativa do sistema internacional. A cooperação, para relações internacionais, se trata de um princípio fundamental, onde é possível caracteriza como Eiiti Sato (2010, p.46) traz, cooperação internacional significa “governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional”. Ou seja, o sistema internacional está todo conectado, agindo juntos para atingir benefícios.

A figura do presidente foi usada de forma intensa, o que levou à diplomacia presidencial ser um sucesso. Foi responsável por atingir mudanças importantes na confiabilidade do país no campo internacional e apoio de governos desenvolvidos em momentos de crises econômicas.

4. Diplomacia Presidencial e Multilateralismo

4.1 Diplomacia Presidencial

A diplomacia presidencial é a característica mais marcante da Política Externa de FHC. Fernando Henrique Cardoso tinha um olhar diferenciado para a agenda internacional comparado com seus antecessores. O então Chefe de Estado, via a agenda internacional como algo que podia ajudar a agenda interna. Cardoso via como de suma importância as relações entre as nações, por esse motivo realizou diversas visitas oficiais como presidente, levando ao apelido de “caixeiro-viajante”, depois perdendo o posto para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

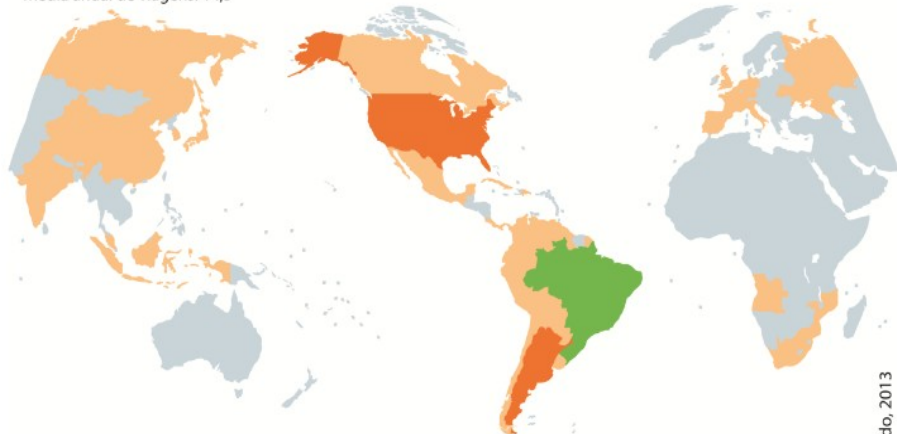
Ao todo foram 115 visitas internacionais, 347 dias que FHC passou fora do país, em 42 nações diferentes na busca em melhorar a imagem do Brasil, e conquistar acordos bilaterais e multilaterais. Cardoso tinha uma imagem bastante fortalecida no cenário internacional, principalmente pela sua postura flexível e aberta ao diálogo.

MAPA 2 VIAGENS PRESIDENCIAIS PELO MUNDO

Média anual de viagens da Presidência da República

FHC de 1994 a 2002

Média anual de viagens: 14,5



Lula de 2003 a 2010

Média anual de viagens: 30,5



Fontes: Portal do Planalto (www.planalto.gov.br) e Portal do Itamaraty (www.itamaraty.gov.br), consultados em outubro de 2013.



Uma das definições mais aceitas sobre o que é a diplomacia presidencial é a de Sérgio Danese (1999, p. 51), que a define como: “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-officio, pelo presidente, ou no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”.

Por conta dessas características a relação com o cenário internacional passa por uma mudança de chave. No período da ditadura a política externa assume um papel de autonomia pela distância, onde pouco se utilizava do cenário externo no país, mesmo após o fim da ditadura, não houve uma mudança completa em relação a essa estrutura, apesar do início da busca por parceiros e relações internacionais. A mudança ocorre de forma clara e definitiva a partir de Cardoso, quando o país passa a integrar o sistema internacional através da autonomia pela integração. Conforme entendimento de Fonseca Jr.:

“[...]o acervo de uma participação positiva, sempre apoiada em critérios de legitimidade, nos abre a porta para uma série de atitudes que tem dado uma nova feição ao trabalho diplomático brasileiro. A autonomia, hoje, não significa mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, a autonomia se traduz por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem tradição diplomática e capacidade de ver os rumos da ordem internacional com olhos próprios, com perspectivas originais. Perspectivas que correspondam à nossa complexidade nacional”. (Fonseca Jr., 1998, p. 368).

Essa nova forma de integração se trata de uma autonomia articulada, propõe um discurso aberto, de não exclusão. Onde o governo busca uma agenda internacional proativa e assim ampliando o poder de controle sobre seu destino. Tal postura, assumida pelo governo Cardoso, foi responsável por inúmeros ganhos do país de acordo com os autores Tullo Vigevani, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra (2003, P.10) “De certa forma, a diplomacia presidencial, aliada ao relativo sucesso do Plano Real, contribuiu para a reconstrução da imagem do Brasil, solidificando-o e tornando-a melhor perante inúmeros governos, incluindo os de países ricos e as instituições multilaterais”.

4.2 Multilateralismo

A integração aproxima o Brasil do sistema internacional, ganhando notoriedade e oportunidades tanto bilaterais como multilaterais. No campo bilateral podemos trazer a relação com os Estados Unidos, responsável por alcançar resultados positivos ao superar atritos já existentes. Ao analisarmos a postura pragmática do governo de Cardoso na busca pela cooperação, sem renunciar a seus interesses, permitiu-se um razoável equilíbrio nessas relações.

Não se pode negar que apesar da busca de relações bilaterais, o governo de FHC buscou principalmente e prioritariamente as relações multilaterais, onde, em sua visão, eram mais favoráveis ao Brasil.

“Temos de manter boas relações com os Estados Unidos e ter capacidade de organizar o espaço sul-americano, o Mercosul”
(Cardoso, 1996)

Quando se trata de acordo multilaterais não temos como não falar do Mercosul; O tratamento que Cardoso pregava ao Mercosul e América do Sul em geral, era a lógica do regionalismo aberto. Essa regionalização tinha destaque nas ações do então Chefe de Estado, o proporcional crescimento do Brasil na região era diretamente ligada ao aumento de poder de barganha fora da região.

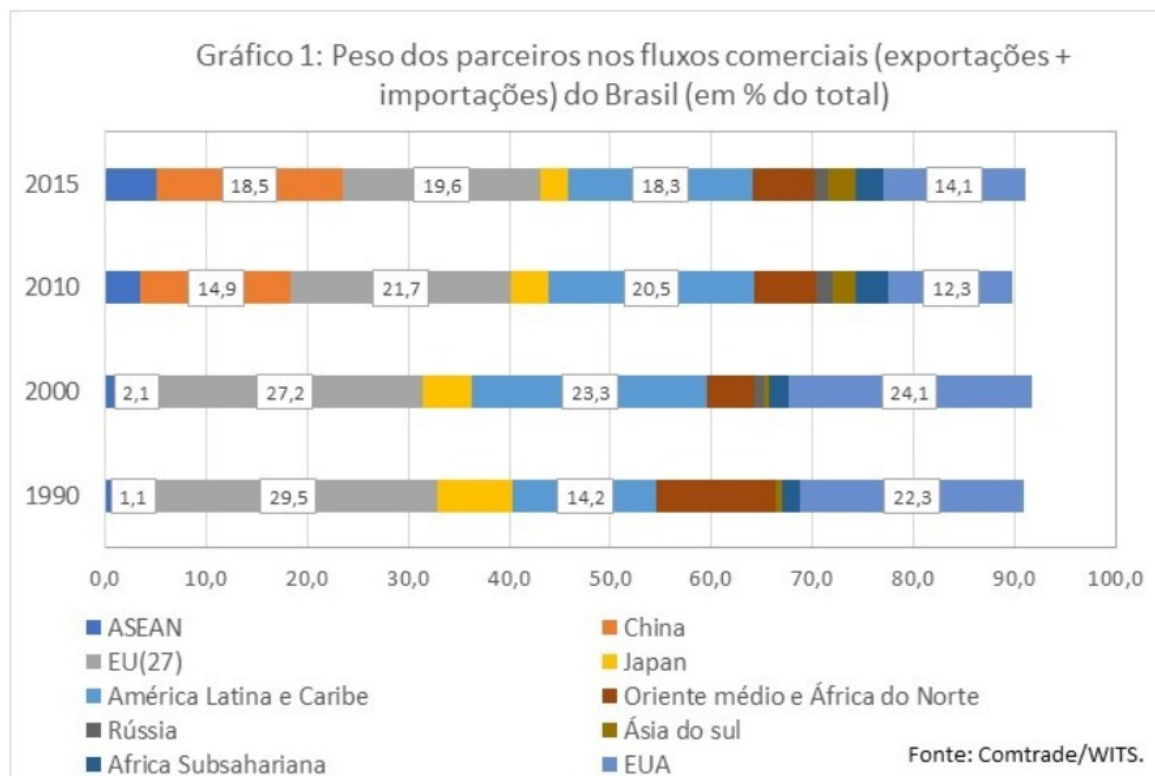
Quanto à ALCA (Áreas de Livre Comércio das Américas), originalmente proposta pelo governo americano, na busca por uma integração comercial do continente, e apesar de inicialmente se ter um interesse, não foi fortalecida de forma suficiente e não foi dado seguimento. É importante apontar que a possível efetivação do ALCA poderia trazer prejuízos para alguns setores brasileiros, sendo um dos motivos pelo qual não foi para frente.

É importante falar, ainda, sobre o papel da OMC nos interesses dos brasileiros, uma vez que, através da organização mundial do comércio era possível a resolução justa de conflitos, antes resolvidos pela lei do mais forte, a organização, ainda, era responsável por proteger aos abusos que países desenvolvidos praticavam nos acordos entre as nações. Para Lafer:

[...] enseja coligações de geometria variável, em função da variedade dos temas tratados; por isso, no multilateralismo comercial não prevalecem “alinhamentos automáticos”. Na OMC, na formação destas coligações, não só os Estados Unidos têm peso. [Todos os países têm e] possuem poder de iniciativa pela força da ação conjunta e, finalmente, a regra e a prática do consenso no processo decisório tem um componente de democratização que permeia a vida da organização (Lafer, 1998, pp. 14-15).

Durante o governo de Fernando Henrique foram alcançadas relações importantes com outras nações, de forma estratégica e importante para o desenvolvimento do país, como a China, que aparece como um dos principais parceiros do país no período de FHC através da troca de tecnologia e infraestrutura. O multilateralismo foi uma busca constante do governo de

Cardoso, sendo sempre priorizada, mas não significa que as relações bilaterais deixaram de existir ou não foram importantes.



Conforme o gráfico acima, que apresenta a divisão do comércio brasileiro, é possível verificar que o país se aprofundou durante 25 anos, tendo início na década de 90, sua característica de *global trader*. É apresentado que quatro regiões (União Europeia, China, América Latina e Estados Unidos) são responsáveis por quantidades que vão de 14% a 20% dos fluxos totais e que outros parceiros da Ásia e da África também ganharam importância. O Brasil fortaleceu sua posição multilateral.

5. Considerações Finais

Diante de todo o exposto neste artigo é notória a relevância de Fernando Henrique Cardoso para a Política Externa Brasileira. O ex-presidente foi responsável por uma mudança de chave sobre como se encarava a política externa, tendo sido responsável por integrar a mesma como peça fundamental para o desenvolvimento interno do país.

Quando FHC assumiu a presidência do Brasil, apesar de possuir uma certa estabilidade econômica interna, ainda se tinham inúmeras situações sem solução. Itamar Franco (seu antecessor), por conta da situação do país quando era presidente, priorizou o cenário interno, esquecendo (ou não priorizando) o cenário externo.

Cardoso é responsável por conduzir a política externa brasileira com algumas posturas tradicionais, como no pacifismo, respeito ao direito internacional e a defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção. Foi responsável por ratificar o TNP e ousou ao trazer diplomacia presidencial e multilateralismo.

Fernando Henrique, seguiu o seu governo prezando pelo princípio da cooperação e através de uma abordagem universalista, não se privando de relações com outros países por fatores externos. Um de seus marcos foi a paridade do real com o dólar, e apesar de seus lados positivos, foi responsável por trazer uma estagnação para economia brasileira em 98 e 99, uma vez que o país tem como carro chefe a exportação, e não estava sendo tão favorável para os países adquirirem commodities brasileiras.

Na diplomacia presidencial é possível perceber a importância que uma figura presidencial ativa no sistema internacional consegue alcançar, FHC realizou diversas viagens diplomáticas. Através da sua estratégia mais engajada foi possível mudar, efetivamente, a imagem do Brasil no cenário internacional. Antes regia a relação do Brasil com o mundo a autonomia pelo distanciamento e com FHC passa a ser a autonomia pela integração.

Quanto ao Multilateralismo, é possível constatar os ganhos do país ao passar a priorizar essa abordagem. Apesar de não ter o maior ganho possível com acordos multilaterais, é previsível a resolução positiva. Contudo, não se limitou a apenas acordos multilaterais, sendo responsável pela elaboração de acordos bilaterais ao mesmo tempo. Tinha uma visão de sempre buscar um benefício para o Brasil.

Nenhuma política externa é 100% perfeita, mas é inegável os frutos que a gestão de Fernando Henrique Cardoso foi capaz de angariar. Através de estratégias inovadoras para o quadro brasileiro conseguiu lançar o Brasil para o mundo com uma mudança em sua imagem. Atraiu investimento e visibilidade para o país através de acordos multilaterais e uma figura ativa do Chefe de Estado.

6. Referências:

- SANTANA, Carlos. Política Externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, São Paulo, p. 8-14, nov. 2006.
- Castilho, Marta; e Sarti, Fernando. Méritos e desafios de uma agenda externa multilateral. Observatório da Economia Contemporânea - **Le Monde Diplomatique Brasil** - Brasil, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/meritos-e-desafios-de-uma-agenda-externa-multilateral/>>. Acesso em 05 jun. 2022
- De Lima, Maria Regina Soares; Duarte, Rubens de S. Diplomacia presidencial e política externa: Uma comparação dos governos FHC e Lula. **Observador On Line** (v.8, n.9, 2013). Disponível em: <<https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2013-Maria-Regina-Soares-de-Lima-Rubens-de-S.-Duarte-OPSA.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2022
- Gala, Paulo. A história de 100 anos de PIB no Brasil. **Economia e Finanças - Brasil, 2019**. Disponível em: <<https://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>>. Acesso em 05 jun. 2022
- Simão, Ana Regina Falkembach. A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso. **XXV Simpósio Nacional de História** - Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0561.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2022.
- Vigevani, Tullo; Oliveira, Marcelo; Cintra, Rodrigo. Política Externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social, USP** - São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?lang=pt>>. Acesso em 05 jun. 2022.
- Scolese, Eduardo. Lula já supera FHC em número de dias de agenda no exterior. **Folha de São Paulo Eletrônico**. São Paulo, 2009. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200908.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2022

SATO, Eiiti. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 1, p. 46-57, 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/698>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KUPFER, D. “Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização”. **Temas para debate. Boletim de Conjuntura, Rio de Janeiro, IE/UERJ**, v.18, n.2, julho 1998.

KUPFER, D. “A Indústria Brasileira Após a Abertura”. CASTRO, A.B., LICHA, A., PINTO JR., H.Q., S ABÓIA, J. (orgs.) **Brasil em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, pp. 201-232, 2005.

FONSECA Jr., Gelson. (1998), **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo,

DANESE, Sérgio França. **Diplomacia Presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LAFER, Celso. (1993), “Política externa brasileira: três momentos”. **Série Papers da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung**, 4.

_____. (1998), **A OMC e a regulação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre, Livraria do Advogado.

_____. (2001a), **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo, Perspectiva.

_____. (2001b), “Alca não é destino, é opção”. **O Estado de S. Paulo**, 3 mar., p. A7.

_____. (2001c), **“Discurso pronunciado em sua posse como ministro de Relações**

Exteriores brasileiro”. Brasília, 29 jan.

_____. (2002), **Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira, 2001-2002**. Brasília, Funag/Ipri, 2 vols.